



A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos.
Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?

Denuncie em nossos canais de comunicação:
feraesp@feraesp.org.br
WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).

Destaque

Feraesp participa de encontro internacional Pag. 1

Siga as redes sociais da FERAESP



O fortalecimento das entidades sindicais é essencial para garantir direitos, ampliar conquistas e dar voz organizada aos trabalhadores(as)

FERAESP participa de encontro com instituições internacionais em Bauru



Encontro internacional fortalece intercâmbio entre Brasil, Holanda e Colômbia sobre trabalho na cadeia da cana-de-açúcar.

Representantes da Confederação Nacional dos Sindicatos Cristãos da Holanda, da Central Unitaria de Trabajadores de Colombia (CUT) e da FERAESP participaram de uma reunião internacional que consolidou o intercâmbio entre Brasil, Holanda e Colômbia para debater as relações de trabalho na cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

SISTEMA DE ARRECADAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade Social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site: www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de Guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (14) 3879-5198.

INFORMATIVO FERAESP

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva
Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo.

CNPJ: 58.998.915/0001-18

Rua Azarias Leite, 16-30. Vila Mesquita - CEP: 17014-400. Bauru/SP

Telefone: (14) 3879-5198 - WhatsApp (14) 99873-9557 - E-mail: feraesp@feraesp.org.br

Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP



O encontro reuniu toda a direção da FERAESP e foi realizado na sede da FERAESP, em Bauru/SP, no dia 27 de fevereiro de 2026, integrando as ações de cooperação internacional desenvolvidas com a Confederação Nacional dos Sindicatos Cristãos da Holanda. A atividade fortaleceu o diálogo entre as organizações sindicais dos três países.

Entre os principais temas debatidos estiveram as condições de trabalho, jornada, saúde e segurança, remuneração e os impactos das transformações produtivas no setor sucroenergético.

A reunião teve como eixo central o fortalecimento dos direitos trabalhistas, a ampliação do diálogo social e a construção de estratégias conjuntas para o fortalecimento do movimento sindical em nível global. Em um cenário de crescentes desafios no mundo do trabalho, a troca de experiências entre entidades sindicais de diferentes países reafirma a importância da solidariedade internacional na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras.

As instituições destacaram que a cadeia da cana-de-açúcar possui grande relevância econômica e social no Brasil e na Colômbia, exigindo atenção permanente das organizações sindicais diante de processos como terceirização, mecanização e reestruturação produtiva. O intercâmbio com a Holanda foi apontado como fundamental para compartilhar experiências e construir respostas comuns aos problemas enfrentados pelos trabalhadores do setor.

Ao final do encontro, as entidades reafirmaram o compromisso de manter e ampliar o intercâmbio e a cooperação internacional entre Brasil, Holanda e Colômbia, com foco na construção de ações conjuntas voltadas à melhoria das condições de vida e trabalho dos assalariados e assalariadas rurais.

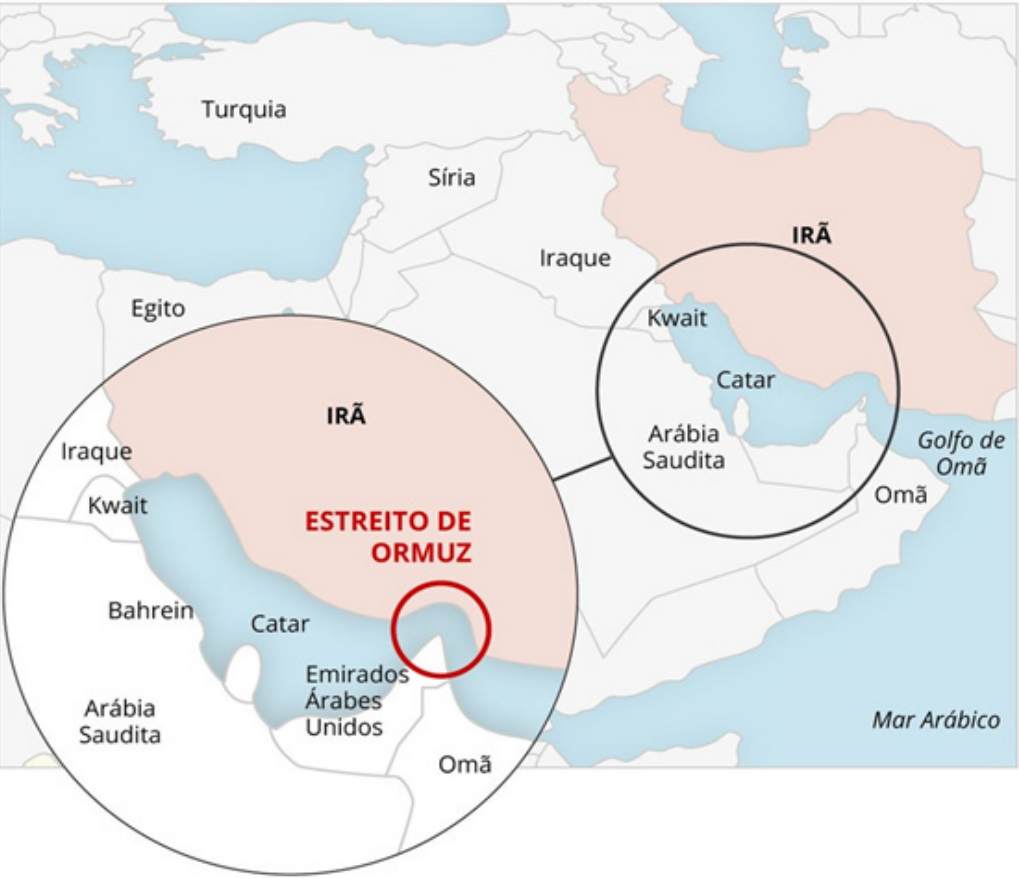
Conflito entre Irã, EUA e Israel e o impacto inflacionário no Brasil



A escalada do conflito envolvendo Irã, Estados Unidos e Israel acendeu um alerta nos mercados globais e levanta uma pergunta direta para o bolso do brasileiro: qual o impacto dessa guerra sobre a inflação no Brasil? Economistas apontam que o principal canal de transmissão é o petróleo. Conflitos no Oriente Médio historicamente elevam o preço do barril, sobretudo quando há risco ao Estreito de Ormuz — rota por onde passa mais de 20% do petróleo comercializado no mundo. Um choque de oferta ou mesmo a expectativa de interrupções já é suficiente para pressionar as cotações internacionais.

No Brasil, essa alta se traduz rapidamente em combustíveis mais caros. Estudos do Banco Central indicam que o preço do petróleo em reais tem repasse relevante para a gasolina e o diesel, itens com peso importante no IPCA. Ainda que o impacto direto sobre a inflação seja, em média, de poucos centésimos de ponto percentual para cada aumento moderado do barril, o efeito tende a se espalhar ao longo do tempo.

ONDE FICA O ESTREITO



No Brasil, essa alta se traduz rapidamente em combustíveis mais caros.

Estudos do Banco Central indicam que o preço do petróleo em reais tem repasse relevante para a gasolina e o diesel, itens com peso importante no IPCA. Ainda que o impacto direto sobre a inflação seja, em média, de poucos centésimos de ponto percentual para cada aumento moderado do barril, o efeito tende a se espalhar ao longo do tempo.

O segundo canal é o dos custos logísticos. Diesel mais caro eleva o frete rodoviário, que predomina no transporte de cargas no País. Com isso, alimentos, produtos industriais e serviços acabam sofrendo pressão adicional, ampliando o impacto inflacionário de forma indireta.

Leitura para 2026

Analistas internacionais trabalham com a possibilidade de o petróleo superar a faixa de 85 a 100 dólares caso o conflito se intensifique. Esse cenário preocupa a equipe econômica porque pode dificultar a trajetória de queda dos juros. O próprio Tesouro brasileiro já reconheceu que um petróleo caro e persistente tende a elevar o risco inflacionário e encurtar o espaço para cortes na Selic.

Há, contudo, um efeito compensatório parcial: preços mais altos do petróleo aumentam receitas de royalties e dividendos da Petrobras e, em alguns momentos, vêm acompanhados de um real mais valorizado, o que ajuda a conter a inflação de importados. Ainda assim, esse alívio cambial não costuma neutralizar totalmente a pressão dos combustíveis.

Quanto isso pode pesar no IPCA?

Projeções do Banco Central sugerem que, em cenários de alta moderada do petróleo, o impacto anualizado sobre a inflação brasileira fica na casa de alguns décimos de ponto percentual, concentrado principalmente em gasolina e diesel. O tamanho final do efeito dependerá de quatro fatores:

- intensidade e duração do conflito;
- comportamento do câmbio;
- política de preços da Petrobras e tributação dos combustíveis;
- resposta da política monetária.

Em resumo

Se a guerra tiver curta duração e não provocar cortes relevantes na oferta mundial de petróleo, o impacto sobre a inflação brasileira tende a ser limitado, restrito aos combustíveis. Já um choque forte e prolongado, com o barril sustentado acima de 100 dólares, pode gerar um efeito mais amplo: combustíveis e fretes mais caros, pressão adicional sobre alimentos e serviços e um Banco Central mais cauteloso na redução dos juros.

No fim das contas, a guerra no Oriente Médio não atinge apenas a geopolítica global — ela chega ao Brasil na forma de preços mais altos na bomba de combustível e no supermercado, colocando a inflação novamente no centro das atenções.

Acordo Mercosul-União Europeia: efeitos no agronegócio e no emprego rural



O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia é visto por analistas como uma oportunidade estratégica para o agronegócio brasileiro e também para o mercado de trabalho rural. A expectativa é de que o tratado amplie o acesso ao mercado europeu, reduza tarifas e dê mais previsibilidade às exportações, favorecendo cadeias produtivas competitivas e alinhadas às exigências ambientais.

Atualmente, a União Europeia está entre os principais destinos das exportações do agro nacional, respondendo por cerca de 15% do total vendido ao exterior. O acordo prevê a eliminação ou a forte redução de tarifas para grande parte dos produtos agrícolas do Mercosul, muitos deles chegando a alíquota zero de forma gradual. Estudos econômicos indicam que esse movimento pode resultar em crescimento aproximado de 2% na produção agropecuária brasileira, com geração de até US\$ 11 bilhões adicionais por ano.

Entre os setores mais beneficiados estão as cadeias em que o Brasil já apresenta elevada competitividade internacional, como carne bovina, aves, suínos, açúcar, etanol, óleos vegetais, arroz, frutas, café e pescados. A redução de impostos de importação no mercado europeu tende a aumentar a margem dos exportadores e a tornar os produtos brasileiros mais atrativos frente a concorrentes de outros países. Além disso, itens com maior valor agregado, como proteínas animais ligadas à cadeia da soja, também podem ganhar espaço em um mercado que valoriza qualidade e diferenciação.

Outro impacto relevante está na competitividade e nos investimentos. A diminuição das tarifas gera economia direta para as empresas do setor, reduz o preço final ao consumidor europeu e amplia as possibilidades de contratos de longo prazo. Com maior previsibilidade regulatória, o acordo pode atrair investimentos estrangeiros para áreas como tecnologia, logística e processamento de alimentos, desde que o Brasil avance na redução do chamado “Custo Brasil”.

No campo da sustentabilidade, o tratado reforça uma tendência já em curso: produzir não será suficiente, será preciso comprovar como se produz. Cadeias produtivas que conseguirem demonstrar rastreabilidade, respeito ambiental e boas práticas sociais tendem a ser as mais beneficiadas. Ao mesmo tempo, normas europeias mais rigorosas, como a legislação antidesmatamento, pressionam setores ligados a áreas de risco ambiental, mas abrem espaço para diferenciação e prêmios de mercado para quem se adequar.



Impactos no mercado de trabalho rural

Além dos efeitos sobre exportações e investimentos, o acordo também tende a repercutir no emprego e na renda no campo.

Projeções associadas a estudos econômicos indicam que a expansão da produção agropecuária pode se traduzir em aumento da demanda por mão de obra, sobretudo em cadeias exportadoras como carnes, grãos, frutas e café. Estimativas apontam que cada aumento relevante nas exportações pode gerar milhares de novos postos de trabalho no país, com concentração nas regiões de agro mais estruturado, como Centro-Oeste, partes do Sul e o Matopiba.

O perfil dessas vagas, porém, tende a se transformar. As exigências ambientais, sanitárias e de rastreabilidade favorecem produtores e empresas mais organizados, impulsionando a profissionalização de propriedades, cooperativas e frigoríficos. Isso aumenta a procura por trabalhadores qualificados, como técnicos agrícolas, operadores de máquinas e profissionais ligados à gestão e ao controle de qualidade. Em contrapartida, produtores informais ou localizados em áreas com desmatamento recente podem enfrentar dificuldades para acessar o mercado europeu, o que pode reduzir oportunidades em regiões menos estruturadas.

As diferenças regionais também devem se acentuar. Áreas com melhor logística, maior produtividade e integração a cadeias globais tendem a registrar ganhos mais rápidos em emprego rural. Já regiões com menor nível tecnológico podem ficar relativamente para trás, caso não haja políticas públicas de apoio à adaptação produtiva.

Há ainda efeitos indiretos. A redução de tarifas para máquinas, equipamentos e insumos europeus pode baratear a mecanização e a adoção de novas tecnologias, substituindo parte do trabalho pouco qualificado, mas criando demanda por operadores e técnicos especializados. O aumento da renda no campo também tende a estimular o comércio e os serviços em municípios rurais, gerando empregos fora da agricultura propriamente dita, ainda que nem todos sejam formais ou de alta remuneração.

Um novo patamar para o agro

No plano macroeconômico, o agronegócio aparece como o principal vencedor do acordo, com potencial de ampliar exportações, fortalecer a presença do Brasil nas cadeias globais de alimentos e diversificar mercados, reduzindo a dependência de poucos compradores. Em termos geopolíticos, o país reforça sua posição como fornecedor estratégico de alimentos e energia renovável para a Europa, o que pode ampliar a cooperação em áreas como tecnologia e clima.

Assim, o acordo Mercosul–União Europeia surge como um instrumento capaz de impulsionar o agro brasileiro e reconfigurar o mercado de trabalho rural, desde que o país consiga combinar competitividade, inovação, qualificação profissional e sustentabilidade em sua estratégia de inserção internacional.